

A C T A S

VI CONGRESSO GALAICO-PORTUGUÊS DE PSICOPEDAGOGIA

II VOLUME

Universidade do Minho
19, 20 e 21 de Setembro de 2001

Organizadores

Bento Duarte da Silva
Leandro S. Almeida

Centro de Estudos em Educação e Psicologia
UNIVERSIDADE DO MINHO

2001

EDUCAÇÃO UNIVERSAL E SOCIEDADE PLURAL: BREVE REFLEXÃO EM TORNO DOS VALORES LIBERDADE E DA TOLERÂNCIA

Artur MANSO
Fátima BARBOSA

Universidade do Minho
Universidade do Minho

Resumo: No espaço que nos é dado neste Congresso e na temática designada *Interculturalidade e Educação*, gostaríamos de focar no item *Diversidade Cultural* dois conceitos/valores, a Liberdade e a Tolerância, que não têm sido bem compreendidos no campo educativo, resultando por isso uma apropriação menos esclarecida dos mesmos com consequências nefastas na relação pedagógica.

Quanto ao primeiro, mostraremos os equívocos de se pensar uma liberdade absoluta, impensável desde sempre por aqueles que a foram teorizando, mesmo os mais optimistas, enquadrando-a nos seus limites e nas suas potencialidades relacionais.

Quanto ao segundo, abordaremos o contexto em que se gerou, a reivindicação da tolerância religiosa ante os poderes políticos, passaremos pela tolerância tantas vezes intolerável da deusa razão laica, positivista e iluminista e concluiremos com o momento actual, onde pensar a tolerância passou a ser o mesmo que aceitar as minorias, étnicas, sexuais, religiosas... no seio das comunidades organizadas pelos padrões e normas que o ocidente foi considerando como os mais proveitosos à convivência social.

"No estado de criação, o homem é posto fora de si próprio. É como se atirasse um balde para dentro do seu subconsciente e puxasse para cima qualquer coisa que normalmente estivesse para além do seu alcance".

E. M. Forster

"Os maiores avanços civilizacionais são processos que quase arruinam as sociedades em que ocorrem".

A. W. Whitehead

Para iniciar - uma história sucinta:

Do primeiro Adão ao último ao último homem

Primeiro era Adão. Depois, o Homem Adão, deu origem a Eva, sua companheira, e passaram a viver em sociedade. O tempo continuou e o Homem tornou-se um ser gregário por excelência.

Daí até hoje, a sociedade foi-se tornando cada vez mais complexa. Os paus, as pedras e os metais foram instrumentos preciosos à sobrevivência humana.

A curiosidade humana espicaçou o poder dos Deuses. Prometeu, roubou-lhes o Fogo. Sísifo e outros, desafiaram constantemente o seu poder. Se os Deuses estão em toda a parte, então também não estão em parte alguma. Se os Deuses não têm forma, podem por isso assumir as diversas formas por nós idealizadas.

O Homem reconheceu-se desprotegido enquanto espécie e para minorar essa lacuna, promoveu várias uniões descobrindo que *a união faz a força*. Deparou-se com uma faculdade única que lhe dava superioridade em relação aos outros animais que denominou *Inteligência*.

Inventou a agricultura, construiu cidades, diversificou as aplicações que os factos brutos da natureza aparentemente tinham, e passou a autodesignar-se *dono e senhor da natureza*.

Os eventos foram-se sucedendo. A tecnologia começou a ficar cada vez mais apurada. Da roda à máquina a vapor e daí até à alta tecnologia, que se presume permitir dominar uma boa parte do espaço onde se encontram outros planetas diferentes do nosso, o hiato foi relativamente curto.

Mas a grandeza do homem, é também a sua miséria, pois ele nunca largou o seu egoísmo primitivo. As descobertas, antes de serem produto da humanidade, começam por ser suas, vendidas e negociadas como um qualquer produto.

A ingenuidade de alguns, choca com a malícia de outros, e aquilo que inicialmente estava vocacionado para permitir o maior bem a toda a sociedade, acaba muitas vezes por ser a sua própria ruína.

Os homens parecem ter um estranho gosto por guerras, e o progresso tecnológico da sociedade, serve também estes fins aparentemente menos edificantes. Do varapau como arma de defesa e ataque, passou-se às flechas, destas à pólvora, da pólvora às armas automáticas, destas passou-se às armas bacteriológicas e aos misseis... Afinal, o que nos espera ainda?

É o homem que só sobrevive em Sociedade, mas paradoxalmente, quando tudo parece encaminhar-se no bom sentido e a felicidade quase plena está prestes a ser conseguida, eis que surge mais um conflito deitando tudo a perder. Os amigos de ontem, passam a ser os inimigos de hoje.

Ontem, parecia estarmos na fase pré-primária da Humanidade. Hoje, não sabemos como responder aos reptos que o futuro já nos vai colocando. A auto-regulação da natureza não faz mais sentido, pois os homens aumentaram e o espaço mantém-se o mesmo. Há as mesmas coisas para dividir por muitos mais.

A água poluiu-se, para a seguir se inventar o negócio da água. O lixo apareceu, e com ele a tecnologia necessária para minorar, pagando, os seus efeito nocivos.

É nas cidades que circula o dinheiro. Vamos então abandonar os campos ainda verdes e arejados, imigrando para os jardins de betão e cimento, ornamentados com árvores e plantas artificiais, fazendo de conta que o equilíbrio ecológico continua garantido. Trabalhamos menos horas por dia, é certo, mas gastamos quase tanto tempo dentro de um produto tecnológico que dá por nome automóvel, metro, comboio, autocarro... para chegar ao emprego, e do emprego regressar a casa.

Chegados a casa, cansados, sem vontade de conversar nem de ouvir, restam algumas horas para dispor, quase sempre, frente a um aparelho de T.V, produto da tecnologia, tal como as célebres parabólicas e o cabo, que nos põem em escassos minutos, a par de tudo o que se passa nos mais recônditos sítios da humanidade. O nosso divertimento no serão, é saltitar de canal em canal, percorrendo as dezenas de propostas que o simples *click* de um dedo nos vai permitindo.

Não temos mais olfacto para as flores silvestres. Limitamo-nos a *snifar* quantidades elevadas de monóxido de carbono, que os escapes e as chaminés das fábricas nos vão ofertando no decorrer do dia e da noite. E nós, reconhecidos, agradecemos.

A tecnologia não quis fazer de nós receptores passivos da informação. Idealizou mais uma máquina inteligente, o computador, que nos liga, diz-se, uns aos outros, encurtando distâncias, diminuindo o nosso esforço, e, é claro, aumentando a nossa produtividade.

Já não escrevemos nem fazemos contas. É um programa *inteligente* que o faz por nós. Já nem sexo precisamos de fazer. Carregando num botão, parece que sai já feito, e com parceiros até então imagináveis.

Hoje, ainda exercemos alguma *influência* sobre todas estas máquinas, mas no futuro, talvez reneguemos a paternidade, ganhando uma verdadeira emancipação, fazendo com o homem, aquilo que o homem pensa ter feito com Deus: *Matá-lo*.

E se nós homens brincamos aos Deuses com a descoberta mais recente do código genético e a manipulação que a nova tecnologia nos permite sobre o mesmo, com os feitos tecnológicos que tanto facilitaram a vida da sociedade em geral e dos seus membros em particular, porque não admitir que o futuro nos reserve algo que permita às máquinas inteligentes, brincar aos homens, sepultando-os finalmente, vítimas das colisões nas autoestradas da comunicação, onde se atingem velocidades cada vez mais vertiginosas, nos seus jardins predilectos, as cidades massificadas, onde de igual forma, os eleitos e os excluídos da sociedade da abundância poderão alcançar a Paz Eterna! De epitáfio poderemos deixar: *AQUI JAZ QUEM TUDO TEVE E TUDO DESPERDIÇOU!*

Ou então, poderá o Homem, servindo-se da tecnologia, arranjar outros lugares para habitar e realizar o seu sonho de Eternidade.

Temos a Ciência e a Tecnologia que queremos, fruto da liberdade e da tolerância que fomos consentindo uns aos outros. Devemos por isso, responsavelmente, aceitar o que ela nos irá proporcionar, enquanto membros desta grande Sociedade, cada vez com mais quotas, a que para o bem e para o mal pertencemos.

Esclareçamos, então, de forma sucinta, mas que pretendemos proveitosa para o campo educacional, os valores da liberdade e da tolerância, há tanto tempo consagrados como perenes pela sociedade dos homens que nos quis acolher.

Sobre a Liberdade

“Ai que prazer
Não cumprir um dever,
Ter um livro para ler
E não o fazer!”

Fernando Pessoa

Sim, a Liberdade é uma fonte de prazer!

Este prazer não se liga à ociosidade, mas é fruto de um árduo trabalho interior. Assim, “ter um livro para ler” e “não cumprir um dever”, é um problema que se põe à minha capacidade de decidir. Se optar por não o ler e não cumprir um dever, porque, por exemplo, considero mais importante tomar um banho de mar ou assistir ao pôr-do-sol, estou a exercer um direito inalienável de toda a humanidade. No entanto, suponhamos que o livro que tinha de ler era fundamental para fazer um exame, e que, como aluna, eu tinha o dever de conhecer essa matéria. Suponhamos, ainda, que para o meu bem estar físico e psíquico, considerava que era mais importante tomar banho de mar e assistir ao pôr-do-sol. A escolha recaía, neste caso, sobre a necessidade de fazer aquilo que a opinião da maioria considerava dever ser feito, e aquilo que eu elegia como prioritário, mesmo sabendo que não seria compreendida e que seria apelidada de irresponsável. Será que eu estava a ser livre se o fizesse? Depende...

A capacidade de decidir, de dizer sim ou não, e assumir as consequências das nossas escolhas, é o cerne da liberdade. No entanto, para decidir é necessário conhecer, reflectir e,

sobretudo, acreditar na possibilidade de alternativas, ou seja, é preciso ter perante a vida uma atitude positiva. Neste sentido, a liberdade toca a própria essência do homem enquanto ser indeterminado e aberto ao futuro de que é construtor.

Sendo o homem um ser situado, como diz Ortega & Gasset, "sou eu, e as minhas circunstâncias", a sua liberdade joga-se *na* e *com* a alteridade.

Fundamentada na acção, a liberdade implica a concretização de um projecto que tem sempre uma razão *se ser*, uma fundamentação, que surge pelo reconhecimento do sentido e do valor que atribuímos às coisas. Este valor, no entanto, é fruto do tempo, da sociedade, dos determinismos genéticos, etc. A liberdade absoluta é apanágio dos deuses. Ao homem, como ser finito, cabe apenas a alternativa da escolha e da decisão, num reino de possibilidades e limites...

No entanto, nos tempos que correm e perante as novas realidades educativas "Não há escola ou câmara municipal que não tenha O.T.L., dito para que se entenda, Ocupação de Tempos Livres. É espantoso que o Estado pague a quem se ocupa de organizar a liberdade de crianças e adolescentes (...) O.T.L. é pois a proibição de brincar, o assassinato paulatino da Tradição, a decapitação da criatividade infantil, a mentira escrita com a palavra liberdade. A Ocupação dos Tempos Livres assegura, assim, o domínio sobre a infância e o fim dos Tempos Livres!" (Aurélio, 2001: 64).

Entendemos que a educação é um contributo essencial para a prática da liberdade, uma vez que "o esforço educativo é sempre rebelião contra o destino (...) a educação é antifatalidade, não adaptação programada" (Savater, 1997: 108).

Não se podem formar indivíduos livres se, nas nossas escolas e sociedades, os submetemos a constrangimentos constantes, se em vez de incentivarmos a descoberta e a criatividade, nos limitarmos a debitar informação e os obrigamos a aprender por imposição.

Se pretendemos formar para a liberdade e para a tolerância, não chegam a competência dos professores nem o conhecimento dos tratados mais actuais sobre o assunto, necessitamos sim, de espaços de debate e de reflexão sobre os problemas do dia a dia. Precisamos de unir esforços (pais, professores e sociedade), promover a reflexão e a meditação, para livremente aceitarmos a diferença como estímulo na construção de um mundo melhor. Se queremos incrementar o pleno desenvolvimento do ser humano e o respeito pelos direitos e liberdades de todos, teremos de "fomentar o apreço racional por aqueles valores que permitem a convivência conjunta aos que são satisfatoriamente diversos" (ib.: 115), mudar radicalmente as nossas atitudes promovendo, nos nossos filhos e nos nossos alunos, a importância da experiência vivida, a liberdade de escolha e a capacidade de decisão.

Esta viagem, rumo à liberdade, necessita, no entanto, de alguma bagagem... "a memória de homens pretéritos e a urgência da vida no presente é o que unifica no presente a dispersão de temas académicos que conformam o currículo. A história vista como hagiografia colectiva, como configuração dos mitos diferenciais que nos fazem insolúveis nos outros e na humanidade" (ib.: 90).

O homem conhece e conhece-se, num processo interactivo que implica abertura ao mundo e aos outros homens, e uma reconstrução partilhada de todas as facetas da realidade. É através desta partilha, que se rompem as estruturas opressoras e, solidariamente, se ensaiam formas alternativas de convivência.

A liberdade liga-se inexoravelmente à questão da *conscientização*, conceito simultaneamente político e pedagógico, enunciada por Paulo Freire. É através da implicação consciente dos indivíduos e da sua acção sobre a realidade, que se torna possível o caminho para

a liberdade. A conscientização “é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o seu papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (Scocuglia, 1997: 32) O processo de conscientização potencia a acção reflexiva sobre a realidade, “a problematização do mundo do trabalho, das obras, dos produtos, das ideias, das convicções, das aspirações, dos mitos, da arte, da ciência, enfim, o mundo da cultura e da história, que, resultando das relações homem mundo, condiciona os próprios homens, seus criadores” (Freire, 1973: 67). É este processo conjunto de procura que deve unir educandos e educadores na “busca racional da verdade, melhor dizendo, das verdades sempre fragmentárias e tentativas” (Savater, 1997: 96), que possibilita a aprendizagem da liberdade. Este trabalho de resposta às múltiplas perguntas que nos vão surgindo implica “disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo o meu perfil” (Freire, 1997: 152), e assim vou construindo o caminho da liberdade.

Sobre a Tolerância

Quanto à tolerância, de início associada apenas à liberdade religiosa, diz-nos Voltaire ser o “apanágio da humanidade” (Voltaire, 1964: 362). Mas Voltaire é já um homem do século XVIII, que se foi tolerante ou apelou à tolerância, também é certo que a ele se atribui grande preponderância no aparecimento do republicanismo laico e jacobino, e se analisarmos bem algumas das linhas programáticas deste movimento, veremos que de forma velada e em nome da razão, muitas vezes a tolerância estabelece-se pela repressão ou pela imposição do ideário tido como o mais correcto e protegido pela força do poder.

Como sabemos, o berço da civilização ocidental, a lendária Grécia, legou-nos um património que depois de se estabelecer como racional, por oposição ao irracional ou mitológico, ganhou cada vez mais aderentes e influenciou o futuro império romano, que com o seu inovador sistema de estradas e o seu direito, espalhou aos quatro cantos do mundo conhecido, submetendo todos os que estavam sob o seu domínio a esse conjunto de crenças, que se mantinham e alargavam com o recurso à força.

Com Sócrates inicia-se então a “ditadura” da razão que bem administrada, se soube adequar à especificidade dos tempos e perpetuar-se de forma eficaz e duradoura. Nietzsche foi dos poucos pensadores que de forma eficaz e consistente, soube criticar e deplorar a sociedade ocidental que ainda não teria sido capaz de abandonar o berço onde nasceu e se fortaleceu.

Como percursos da tolerância temos as Sagradas Escrituras, e parte do magistério pedagógico de Cristo, que influenciou o aparecimento do catolicismo, primeiro perseguido e não tolerado, a seguir, depois de ganhar lugar de relevo no Ocidente e com os jogos mesquinhos dalguns que o serviram, passou a intolerante na ânsia de combater os movimentos protestantes que iam surgindo no seu seio. A intolerância raramente foi uma questão de ideias, tendo sido mais um combate em torno de privilégios conquistados de que se não quer abrir mão.

O longo período medieval, que pela força, astúcia, protecção e poder, da Igreja conciliada aos Estados, submeteu os ditames da razão aos dogmas da fé, tolerando os gentios e os pagãos que considerava desviados da doutrina certa mas filhos do único Deus verdadei-

ro, e portanto com possibilidades de salvação, se não durante a vida pelo menos após a morte, viu surgir no seu seio, revolucionários interessantes que prepararam a abertura renascentista de um ideal mais humano, livre e fraterno, que era o ideário da Boa Nova sob o qual tinha crescido essa Igreja e se laicizaram por completo na trilogia, Liberdade, Igualdade, Fraternidade, da laica Revolução Francesa de 1789.

A necessidade de tolerar é uma necessidade racional, e assenta num pressuposto pouco igualitário. Se tolerar é *sofrer ou suportar com*, então é considerar que à nossa volta, existem uns quantos seres, frágeis e desprotegidos, que clamam pelo nosso auxílio ou pela nossa bondade. Cabendo a cada um dos "superiores" a decisão de querer ou não auxiliar esses iguais que nos rodeiam.

Sem uma consideração superior da liberdade e da igualdade, não se alcança uma norma adequada para a tolerância. Liberdade, igualdade e tolerância são valores perenes que pertencem à humanidade e aos indivíduos que a constituem, independentemente da fé ou da ideologia professada, do país em que se nasce, da classe social a que se pertence, da cultura em que se é educado: "A igualdade e a tolerância justificam-se pelo que é comum, a essência universal do homem" (Aurêlio, 1996: 183).

Mas se o mundo medieval condicionou a livre adesão de culto, também deixou o rasto para que o humanismo renascentista se pudesse levar a bom porto. Na tentativa de conciliar todos os dogmas e regressar ao cristianismo primitivo, surgem os impulsionadores da reflexão moderna da tolerância. Entre eles destacamos, Nicolau de Cusa (1400-1450); Ficino (1433-1499); Pico della Mirândola (1463-1494); Tomás Morus (1478-1535); Erasmo (1466/69-1536). Ou o frade quinhentista dominicano espanhol, Bartolomeu de Las Casas que se envolveu em polémicas contra a escravatura que tanto jeito dava aos colonizadores europeus defendendo, a exemplo de Cristo, a igual dignidade de todos os seres e justificando teologicamente a ideia de tolerância, economicamente tão prejudicial aos senhores do poder de então. Queria fazer perceber que "a igualdade entre os indivíduos não está inscrita na ordem do ser, mas sim na ordem do dever ser. Na ordem do ser existe a diferença. Enquanto a igualdade é puramente ideal e formal, a diferença é 'material'" (Ib.: 212). A razão não igualiza, antes diferencia, servindo o discurso persuasivo, fornece muitas vezes as bases para a intolerância introduzindo roturas e diferenças nas parcelas do mundo que se querem a cada momento assumir como o Todo que representam, mas só por si não o são.

Os modernos, com os filósofos portugueses Uriel da Costa e Espinosa, fazem notar que o Estado, quando intervém em defesa de uma dada comunidade religiosa, acicata a intolerância ao reprimir aquelas que se lhe opõem. Os movimentos da Reforma e Contra Reforma, são bem evidentes desta forma de pensar. Os reformistas, na ânsia de voltar ao cristianismo primitivo, encetaram um movimento de renovação no seio da própria Igreja, que ao serem protegidos pelos interesses geo-estratégicos da Europa de então, facilmente se viram aproveitados por movimentos políticos que uma vez consolidados os seus objectivos de independência ou autonomia, os tornaram em Igrejas oficiais, e portanto protegidas, começando a não tolerar nos seus espaços político-administrativos as Igrejas que se lhes opunham, ou que com elas não concordavam de todo. Mesmo a tolerante Holanda que beneficiou da Reforma na sua luta contra o domínio espanhol, limitou e condicionou a livre convivência das múltiplas religiões. Espinosa é exemplo disso, ao ser perseguido pela defesa do seu ideário de separação do poder político e do poder eclesial, e pelo reconhecimento à livre adesão a qualquer verdade revelada por parte de cada indivíduo (Cf. Espinosa, 1988).

Locke, que também teve problemas com o governo britânico, chegando a estar exilado na Holanda, onde em 1689 escreveu uma *Carta sobre a tolerância*, onde defendeu que nem o Estado tem o direito de estabelecer uma única fé religiosa, nem qualquer fé pode perseguir os que seguirem outra religião rival, preocupando-se em estabelecer os limites da liberdade religiosa e apelando para a necessidade de um convívio fraterno entre as várias confissões religiosas. No entanto, também a sua tolerância sofrerá algumas exceções, pois Locke restringe a simpatia tolerante às pessoas que professem um dogma contrário à sociedade humana, aos que não admitem que outros professem uma fé diferente da sua, aos papistas e aos ateus. Cristo deu o exemplo vivo da tolerância, e o cristianismo, teria a seus olhos, de ser o mais tolerante possível, para seguir as pisadas do Mestre. Quer a fé, quer o entendimento, nunca poderiam ser forçadas pela violência (Cf. Locke, 1987). Numa sociedade que se quer o mais igual possível, todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos, e portanto a intolerância só causa conflito e desordem.

Kant, em 1783, em resposta à questão “Que é o Iluminismo?”, responde que “é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado” (Kant, 1989: 11), sendo que a *menoridade* é “a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem” (Ib.: 11). O período alemão da Aufklärung, continua a demanda de uma racionalização da religião e de certo modo de toda a existência. A fórmula kantiana de se discutir apenas os pressupostos das ciências que se querem universais, e de relegar para um plano pessoal as questões que dizem respeito à individualidade, expressas na *Religião nos limites da simples razão*, de 1793, e em vários outros opúsculos, teorizando em *A paz perpétua*, 1795/96, as vantagens de um Estado federado de cariz universalista, aponta para um horizonte de convergência da diversidade das opiniões individuais.

Mas o triunfo da razão na Revolução Francesa, tornou-a totalitária o que muito desgostou o próprio Kant. A natureza congenitamente providência ao homem a liberdade e a razão, e a este cabe tornar-se racionalmente livre; livre no pensar, no julgar e no agir. Pela razão, a Revolução Francesa degenerou em violenta intolerância. O totalitarismo da razão laica que substituiu o totalitarismo das religiões instituídas, depressa se “deificou”, fazendo lembrar o poema de Fernando Pessoa:

“Nasce um Deus. Outros morrem. A verdade
Nem veio nem se foi: o erro mudou.
Temos agora uma outra Eternidade,
E era sempre melhor a que passou.

Cega, a Ciência a inútil gleba lavra.
Louca, a Fé vive o sonho do seu culto.
Um novo Deus é só uma palavra.
Não procures nem creias: tudo é oculto”.

Podemos por isso expressar que “o afirmar categoricamente vai-nos aparecer ao fim de certo tempo tão absurdo como o negar categoricamente” (Silva, 1990: 19).

Os valores universais que as religiões institucionalizadas vinham há séculos propagando, laicizam-se apenas, porque o que é universal e perene, pode dizer-se de várias maneiras, contudo, no caminho da perfeição que conduza a sociedade humana ao comunita-

rismo igualitarista, não pode deixar de servir como ideal de referência aos idealistas da humanidade.

Não obstante esta mudança de cenário ou de interesse por quem fomenta e realiza as revoluções, é num século de assunção da deusa Razão, o século XVII que racionalmente se defende a escravatura nos Estados Unidos. Como nos lembra Pires Aurélio "Ao cabo da sua marcha triunfal, a razão descobrir-se-á religião, o universal instalar-se-á no particular" (Aurélio, 1996: 194).

E mesmo o alargamento dos direitos civis e o interesse intelectual pelas questões da desigualdade, da liberdade e da tolerância, levam autores como Stuart Mill, já no século XIX, a defender a liberdade irrestrita de opinião e de associação, lembrando novamente a necessidade de tolerar os ateus, mas mantendo o preconceito da intolerância, ou uma consideração menor, pelos primitivos (CF. Mill, 1997).

Não nos esqueçamos também que as teorias evolucionistas que marcaram as discussões intelectuais no século XX, podem ser tudo, menos tolerantes, uma vez que nos dizem que a sobrevivência das espécies, e daqui também da humanidade, se baseia na luta constante pela sobrevivência, e esta luta promove a desigualdade pelos pretensamente mais desprotegidos. Este movimento parece inviabilizar o sonho iluminista de um aperfeiçoamento e a consequente emancipação da espécie humana ao longo da história pelo uso da razão.

Continuamos, assim, a falar de tolerância, mas a estimular a intolerância. Não admitimos a diferença ou a divergência, nem procuramos a complementaridade. Em cada época e de acordo com o sentir geral, ou democrático, ostilizamos os que não querem ser como nós e preferem pertencer a uma minoria. Os ocidentais marcam o ritmo do progresso e querem submeter as culturas alheias aos seus padrões. Pela colonização aniquilaram milhares de culturas diferentes da sua e pela força obrigaram à aceitação da maneira uniforme de ser ocidental. Quando a diferença se quer estabelecer fora dos domínios por si pensados, é um grande problema. Criticam-se usos e costumes que algumas culturas vão mantendo quase inalteráveis durante milénios, tais como na maneira de vestir ou de agir de comunidades como a judaica, os muçulmanos, os indus... Ocidentalmente fomentamos a convergência de culturas, mas só aceitamos os que são diferentes de nós se no convívio diário adoptarem os nossos hábitos. Nem cabelos esquisitos, nem vestuários largos, nem corpos cobertos com túnicas. Apenas e só camisas engratadas e jeans ocidentais. E que dizer do conflito permanente entre israelitas e palestinianos olhado com tanta complacência e tão bem tolerado pelos representantes máximos da civilização ocidental?

Quão longe está, por isso, um verdadeiro sentido tolerante, ou o seu cultivo por parte dos sistemas de ensino ocidental! Quão longe está o propósito igualitário do cristianismo primitivo que impulsionou, no seio de uma crença, mentalidades progressistas e tolerantes, propondo a verdadeira igualdade entre todos os indivíduos pelo reconhecimento e aceitação das diferenças de todas as culturas e de todas as sensibilidades individuais.

E porque a mentalidade pós iluminista não tem realizado o sentimento tolerante, as Nações Unidas a propuseram em 1995, o ano da Tolerância, face às incongruências da mentalidade ocidental pós moderna, tendo estabelecido cinco princípios que ajudassem a fomentar um espírito mais tolerante nas novas gerações: pelo recurso a leis, à educação, ao acesso à informação, à tomada de consciência individual e ao aparecimento de soluções locais.

Contudo, parece-nos que a discussão em torno da tolerância se devia processar prioritariamente no reconhecimento da alteridade como valor absoluto para verdadeiramente se valorizar e respeitar a diferença, ou no dizer de Aurélio “Diferente da razão prática, que é fundada no acordo consigo mesmo e com o que ‘dita a consciência’, aquilo a que poderíamos chamar a razão tolerante fundamentar-se-á, no reconhecimento do outro enquanto pura alteridade” (Aurélio, 1996: 220).

Os sistemas escolares ocidentais deveriam por isso, não só fazer leis que defendam as minorias de que fica bem falar, tais como homossexuais, movimentos religiosos marginais, minorias étnicas... mas fazer interessar os alunos pelo que foi o processo histórico que nos trouxe aos tempos actuais para confrontar os estudantes que se estão a formar, com a arrogância dos seus antepassados que em defesa do direito à propriedade e prosperidade material, foram submetendo outros indivíduos e outras culturas a uma forma de ser, estar e pensar que não eram as suas. Pela força combateram o plural e cindiram o universal. Pela força aniquilaram existências que por serem diferentes e reivindicarem o direito de quererem continuar a sê-lo, pagaram com a vida tão singelo propósito. Pela força destruíram as diferentes marcas da civilização e no seu lugar impuseram o monopolitismo da organização ocidental.

O ideal era formar mentalidades em que a tão apregoada multiculturalidade se estabelecesse a partir do reconhecimento absoluto e inequívoco do outro, qualquer que seja e independentemente do local de onde venha, e não através de leis e normas discricionárias e abstractas que vão pensando a norma geral a partir do particular funcionamento da sociedade ocidental.

Já na década de trinta do século XX, Agostinho da Silva, sobre a tolerância, deixou bem claro que “não devo supor-me infalível; não devo considerar-me a inteligência superior e única entre o bando de pobres seres incapazes de pensar; cumpre-me abafar todo o ímpeto que possa haver dentro de mim para lhes restringir o direito de pensarem e de exprimirem, como souberem e quiserem, os resultados a que puderam chegar; de outro modo, nada mais faria de que contribuir para matar o universo: porque ele só vive da vida que lhe insufla o pensamento poderoso e livre” (Silva, 1990: 20).

Referências Bibliográficas

- Aurélio, Carlos (2001). “Quantidades & exteriores: o ódio à liberdade”, in AA VV (dir. de Joaquim Domingues & Pedro Sinde), *Teoremas de filosofia*, nº 3. Porto, pp. 61-66.
- Aurélio, Diogo Pires (1996). “Tolerância/Intolerância”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 22. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 179-230.
- Espinosa (1988). *Tratado teológico-político*, trad.. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Fichte (1999). *Lições sobre a vocação do sábio seguido de reivindicação da liberdade de pensamento*, trad.. Lisboa, Edições 70.
- Freire, Paulo (1973). *Uma educação para a liberdade*. Porto. Textos Marginais.
- Freire, Paulo (1997). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Olho D'Água.
- Kant (1989). *A paz perpétua e outros opúsculos*, trad.. Lisboa, Edições 70.
- Kant (1992). *A religião nos limites da simples razão*, trad.. Lisboa, Edições 70.
- Locke (1987). *Carta sobre a tolerância*, trad.. Lisboa, Edições 70.
- Mill, John Stuart (1997). *Sobre a liberdade*, trad.. Lisboa, Europa-América.

- Pessoa, Fernando (1980). *Poemas*. Lisboa, Ática.
- Savater, Fernando (1997). *O valor de educar*, trad.. Lisboa, Presença.
- Savater, Fernando (1998). *Ética para um jovem*, 5ª ed., trad.. Lisboa, Presença.
- Schelling (1993). *Investigações filosóficas sobre a essência da liberdade humana*, trad.. Lisboa, Edições 70.
- Silva, Agostinho (1990). *Diário de Alceste*. Lisboa, Ulmeiro, pp. 19-20.
- Scocuglia, A. C. (1997). *A história das ideias de Paulo Freire e a actual crise de paradigmas*. João Pessoa, UFPB.
- Teixeira, Joaquim de Sousa (1991). "Liberdade", in *Logos 3, Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Lisboa/S. Paulo, Verbo, cols 352-383.
- Voltaire (1964). *Dictionnaire philosophique*. Paris, Garnier-Flammarion, pp. 362-368.
- Voltaire (1999). *Tratado sobre a tolerância*, trad.. Lisboa, Antígona.